

Na França, o melhor resultado

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — A França está disposta a desbloquear créditos de exportação com garantia do Coface (equivalente ao Eximbank americano), no montante de até um bilhão de francos (US\$ 150 milhões), sem esperar a aplicação do acordo bilateral, como foi acertado em janeiro com o Clube de Paris. Esse foi o melhor resultado obtido até agora pelo ministro Dilson Funaro em sua visita a vários países credores europeus.

Essa posição do governo francês indica que Paris foi onde o ministro Dilson Funaro obteve a melhor resposta para suas reivindicações na Europa, pois Londres e Bonn não se mostraram dispostos a seguir o mesmo caminho, pelo menos por enquanto, mesmo reconhecendo que é urgente a retomada dos investimentos no Brasil. Esses créditos são aqueles a que Dilson Funaro já havia se referido na véspera, mesmo não sabendo informar seu montante aproximado, que foram anunciados pelo próprio ministro francês, Edouard Balladur.

Essa posição do governo francês,

principalmente se comparada com a quase hostilidade do governo de Margareth Thatcher, não significa, entretanto, que o ministro brasileiro tenha sido recebido de braços abertos no prédio do Louvre, onde está instalado o gabinete do ministro de Economia, Edouard Balladur. Funaro foi acolhido com muitas reservas e de forma apenas discreta, como ocorreu também em Bonn. Tanto na conversa com Edouard Balladur, como também com Jacques de Larosière, atual presidente do Banco da França, Funaro foi advertido pelos seus melhores aliados europeus, insatisfeitos com a posição assumida pelo Brasil ao decretar a moratória, decisão classificada de "intempestiva".

Alguns analistas estão convencidos de que a cada dia o isolamento do Brasil está-se acentuando, lembrando que os credores firmaram, nos últimos dias, diversos acordos com países endividados, aceitando condições "altamente vantajosas". As exigências da Venezuela, até alguns dias tidas como inaceitáveis, acabaram sendo aceitas após terem sido obstinadamente rejeitadas.

Também o Chile obteve condições razoáveis, enquanto os credores estão anunciando que vão acelerar as negociações com a Argentina, após terem autorizado um crédito *Relais* de US\$ 500 milhões e do qual participam 12 países industrializados. Daqui para frente há muita expectativa em relação à evolução da situação nas próximas semanas. O próprio ministro Dilson Funaro confirma isso quando declara que o passo seguinte vai depender de algumas respostas dos governos dos países visitados. Eles vão ter que decidir se poderão ou não influenciar os bancos comerciais a aceitar certas reivindicações brasileiras. Já se sabe que a resposta de Londres é negativa, enquanto Washington estaria hesitando, mesmo porque a influência do governo sobre o FED, é relativa.

Na França, o ministro Dilson Funaro recebeu uma resposta polida, mas evasiva sobre o problema. Esse país, cujos principais bancos envolvidos com a dívida brasileira — *Paribas, Crédit Lyonnais, BNP, Société Générale* — são ainda estatais, apesar de estarem sendo privatizados,

difficilmente agirá nesse sentido, pois estaria ferindo a autonomia de um sistema que está se transferindo para o setor privado. A Grã-Bretanha foi taxativa, lembrando que esse é um problema dos bancos comerciais, repercutindo, de certa forma, a própria posição norte-americana.

Entem, a imprensa francesa comentou a passagem relâmpago de Dilson Funaro por Paris, concluindo que seu giro pelos países credores resultou num "semimalogro". Para o *Libération*, que defende a causa dos países endividados, o ministro brasileiro não soube se mostrar convincente, reconhecendo que a má situação financeira do Brasil não o ajudou muito nessa tarefa. O matutino econômico *Les Échos* afirma que Dilson Funaro pretendeu se mostrar conciliador, tentando convencer seus interlocutores de que não está procurando nenhum confronto com os credores. A missão de Funaro, segundo o jornal, constitui uma tentativa de restabelecer a confiança internacional no futuro econômico do Brasil, às vésperas do reinício de negociações em Nova York com os bancos comerciais.